

A China e o desenvolvimento através de exportações industriais¹

Antonio Carlos Diegues² e Eduardo Angeli³

Resumo: O artigo se propõe a avaliar se as exportações chinesas de produtos industrializados têm impulsionado o processo de forte crescimento econômico vivido por aquele país asiático ao longo das últimas décadas. Ao mesmo tempo, pretende também averiguar se a teoria do desenvolvimento de Bresser-Pereira, segundo a qual o desenvolvimento econômico é um processo de aumento da renda nacional acompanhado pela industrialização voltada às exportações, encontra no caso chinês um bom exemplo de seu poder explicativo.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Econômico, Industrialização, Economia Chinesa.

Abstract: The article aims to evaluate the hypothesis that Chinese exports of manufactured goods are the source of the Chinese vigorous economic growth which took place last decades. This paper also intends to investigate if Bresser-Pereira's theory of economic development can find in this Chinese economic growth some evidence of theoretical rightness. Bresser-Pereira argues that industrialization through exports and national income increasing are the distinctive marks of economic development.

Keywords: Economic Development, Industrialization, Chinese Economy.

1) Introdução

O artigo se propõe a avaliar se as exportações industriais chinesas têm impulsionado o processo de forte crescimento econômico vivido por aquele país asiático ao longo das últimas décadas. Ao mesmo tempo, pretende também averiguar se a teoria do desenvolvimento aqui apresentada, associada especialmente ao nome de Bresser-Pereira, pode ser capaz de explicar o vigoroso processo de desenvolvimento econômico chinês ao longo das duas ou três últimas décadas.

Em outros termos, procurar-se-á verificar se a China pode ser considerada o exemplo *par excellence* da teoria aqui brevemente exposta. Em primeiro lugar, procurando avaliar se o crescimento econômico chinês pode ser explicado como uma *export led growth*, ao invés do crescimento impulsionado primariamente pelo incremento do mercado interno com a incorporação das massas ao mercado de consumo e/ou pelos maciços gastos de investimento em infra-estrutura. Em segundo lugar, procurar-se-á avaliar se são

¹ Artigo submetido ao XVI Encontro Nacional de Economia Política (Uberlândia, 2011). Área 5 (Dinheiro, Finanças internacionais e Crescimento), sub-área 5.2 (Economia e Finanças Internacionais).

² Professor do Curso de Ciências Econômicas – Campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: acdiegues@ufscar.br

³ Professor da Universidade Federal do Pampa e doutorando em Economia na Unicamp. E-mail: eduardoangeli@unipampa.edu.br

especificamente as exportações industriais a origem desta dinâmica.

Para isso, a próxima seção expõe uma teoria do Desenvolvimento Econômico em que este é visto como um processo de aumento da renda nacional necessariamente acompanhado pela industrialização do país. Mais do que isso, sob tal ponto de vista é precisamente a industrialização voltada para exportações o caminho tipicamente tomado pelos países que ascendem a um nível médio de renda. Na seção seguinte argumentar-se-á que a maneira pela qual a China está se integrando à economia global tem proporcionado a ela uma transformação importante em sua matriz produtiva, a partir justamente da industrialização voltada à exportação. Por fim, a última seção traz as considerações finais.

A escolha da China como possível exemplo da teoria do desenvolvimento aqui exposta se deve não só ao pujante e vigoroso crescimento econômico experimentado por aquele país, mas também porque a China possui hoje um papel central na economia mundial. Carneiro (2006) identifica três elos capazes de explicar a dinâmica da economia mundial nos anos subsequentes à liberalização comercial e financeira global.

O primeiro deles diz respeito ao modo de integração entre a economia norte-americana e a chinesa. A China é identificada como receptora de IDE por parte das grandes empresas com sede nos EUA, que, assim, promovem o processo de *outsourcing*, levando para aquele país asiático suas linhas produtivas. Esse movimento se desdobra, a princípio, em um duplo resultado: em primeiro lugar, na geração de importantes superávits comerciais por parte da China, superávits estes convertidos tanto em reservas internacionais capazes de manter a salvo a paridade fixa da moeda chinesa, quanto em déficits intra-asiáticos, como explicado abaixo; em segundo lugar, e como contrapartida, no fato de a economia norte-americana passar a apresentar crescentes déficits comerciais, notadamente por absorver vultuosas exportações provenientes daquele país asiático.

O segundo elo apontado por Carneiro (2006) se refere às relações entre a economia chinesa e as demais economias asiáticas que, em certa medida, orbitam ao seu redor. Aqui, a China atua tanto como remetente de IDE, via *outsourcing*, quanto receptora, especialmente via capitais japoneses. O superávit obtido pelos chineses no elo que os ata à economia americana é, ao menos em parte, drenado pelas economias periféricas do sudeste asiático⁴.

Por fim, Carneiro (2006) relata a existência do terceiro elo, este ligando a

⁴Aqui está caracterizada a inserção produtiva das economias asiáticas no contexto da globalização, em contraposição à inserção financeira, tipicamente realizada pelas economias latino-americanas. Carneiro (2007) procura estabelecer teoricamente tal distinção, ao passo que Biacareli (2008) a aprofunda e propõe uma fundamentação quantitativa.

economia chinesa aos produtores de bens não-industrializados, ou de baixo valor agregado, especialmente na América Latina. Aqui, a China aparece como compradora especialmente de produtos primários e exportadora de produtos industrializados.

Antes de prosseguirmos, contudo, cabe um esclarecimento a respeito dos propósitos e limites deste texto: não tencionamos fazer uma resenha exaustiva das diversas teorias do desenvolvimento econômico existentes na literatura da área. Interessa-nos aqui especificamente a visão de que o desenvolvimento de um país se dá através do crescimento industrial, este, por sua vez, induzido pelas exportações, num arcabouço que enfatiza a demanda efetiva. A escolha pela teoria do desenvolvimento tal qual exposta por Bresser-Pereira em alguns de seus trabalhos se dá também por este autor conseguir construir uma teoria caracterizada pelo que Dutra (2007) chama de “ecletismo inovador”: Bresser-Pereira é capaz de beber de contribuições de uma gama de autores clássicos na economia, tais como Weber e Marx, bem como de se aproveitar das interpretações e debates acerca da teoria do desenvolvimento e formação do Brasil por autores anteriores e contemporâneos seus, como Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Com isso, apto está a julgar, sintetizar e avançar, de modo consistente, a investigação sobre o processo de desenvolvimento econômico dos países de industrialização tardia em geral, e do Brasil, em particular⁵.

Restrição análoga se aplica ao uso da literatura acerca da dinâmica da economia internacional em geral, e da chinesa, em especial: não é nosso objetivo, repetimos, realizar uma leitura exaustiva dos trabalhos existentes sobre tais tópicos.

2) **Estrutura teórica: desenvolvimento econômico, exportações e taxa de câmbio**

Na visão do professor Bresser-Pereira, por nós adotada neste trabalho,

“O desenvolvimento é um **processo de transformação** econômica, política e social, através da qual o **crescimento do padrão de vida da população** tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações” (Bresser-Pereira, 1968, p. 15, grifos nossos).

Com isso, quer-se dizer que desenvolvimento não pode ser reduzido ao mero crescimento do PIB ou da renda *per capita* entre dois pontos discretos no tempo. Antes, é um processo que se dá ao longo do tempo histórico através de mudanças estruturais e inter-relacionadas nas esferas da sociedade em questão, envolvendo seus aspectos econômico, político e social, num movimento de mútua determinação e mudança qualitativa que pode ser

5 Como corretamente conclui Fonseca sobre a obra de Bresser-Pereira, “[a]o lançar mão do diverso e ao selecionar os elementos que entende fazer sentido e contribuir para a reconstrução de um processo histórico concreto, acaba construindo uma interpretação histórica singular” (Fonseca, 2007, p. 42).

caracterizado como uma *revolução*. Econômico porque implica a mudança das estruturas produtivas da sociedade e da distribuição de seu produto anual; político, pois requer e é fonte de transformações nos grupos de poder e sua ideologia, de modo que o Estado seja participante no planejamento e financiamento da mudança econômica estrutural; social, por estar relacionado à transformação do modo de relação entre as classes, bem como à mentalidade e objetivos a que a nação se propõe.

2.a. Nem marxista, nem cepalino: Bresser-Pereira e o rejeição do economicismo

Fonseca (2007) aponta que Bresser-Pereira afasta-se tanto das abordagens marxistas tradicionais quanto estruturalistas ou cepalinas, na medida em que estas privilegiavam determinações puramente econômicas como determinantes últimos das transformações pelas quais passavam os países latino-americanos ao longo do século XX, guardando espaço apenas secundário e reflexo aos processos políticos e institucionais.

Assim,

“Os marxistas em geral aceitavam a relevância dos 'fatores' políticos, mas sem abrir mão da 'determinação última' da economia: a política geralmente restringia-se como espaço da luta de classes, quase que 'deduzida' da contradição entre grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, relegando-os ao seu papel de superestrutura” (Fonseca, 2007, p. 27).

Por seu turno, os estruturalistas-cepalinos trabalhavam a partir do conceito de estrutura, entendida como “um conjunto de relações entre variáveis econômicas, a maior parte delas quantificável e passível de ser incorporada no planejamento. Era corrente o entendimento de que as variáveis político-institucionais incorporavam-se nos modelos como parâmetros”, de forma que até entre estruturalistas mais esclarecidos, os determinantes de ordem política “eram mais supostos e lembrados do que efetivamente incorporados e explorados nas análises” (Fonseca, 2007, p. 27).

Tal posição do professor Fonseca (2007) pode soar estranha aos mais acostumados aos trabalhos de um autor como Celso Furtado, se o considerarmos representante legítimo do pensamento cepalino-estruturalista⁶. Isso porque, como se sabe, para Furtado o que caracteriza o subdesenvolvimento industrializado brasileiro é justamente a armadilha histórica em que a modernização dos padrões de consumo de uma minoria da

6 Como faz, por exemplo, Bielschowsky (1989), para quem a *Formação Econômica do Brasil* (FEB), de Celso Furtado, é um exercício bem sucedido de interpretação, a partir do arcabouço estruturalista-cepalino, das condições de formação de uma estrutura subdesenvolvida, bem como à análise desta estrutura tal qual apresentada naquele momento. Assim, FEB deu certa sistematização ao estruturalismo da Cepal e uma metodologia de enfrentamento da realidade, mostrando sua capacidade de explicação das condições e especificidades das economias periféricas latino-americanas.

população impõe a produção não só de bens industriais mais simples, de consumo generalizado, mas também de sempre novos artigos de luxo, cuja confecção não encontra conexão com o grau de acumulação de capital, o desenvolvimento tecnológico do país e a escassez relativa de capital frente ao trabalho. A dependência cultural acaba por se refletir na dependência dos padrões produtivos. Assim, o padrão de demanda impõe a necessidade de se avançar na industrialização de um tipo que é incapaz de atender às especificidades de uma economia periférica e retardatária, perpetuando a heterogeneidade estrutural e social, concentrando a renda e acumulando capital de uma forma que não está a serviço da maior parte da população⁷.

Retornando à obra de Bresser-Pereira, reafirmamos que sua postura não-reducionista é capaz de lhe garantir a aproximação com autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no sentido de que, repetimos, recusa-se a aceitar explicações de fundo apenas econômico, mas coloca como protagonistas do desenvolvimento mudanças nas esferas políticas e institucionais (em sentido amplo) da sociedade (Fonseca, 2007).

Sob inspiração weberiana, a visão de Bresser-Pereira é de que o processo de desenvolvimento só se dá a partir do momento em que a racionalização dos aspectos econômicos da vida social passa a substituir o tradicionalismo e os modelos arcaicos, quando o anonimato das relações de mercado ou a burocratização segundo critérios racionais tomam o lugar das relações de cunho patriarcal, enfim, quando relações tipicamente capitalistas ou socialistas se sobrepõem a formas mais primitivas de se organizar a vida econômica da

7 “Em suma, na visão de Furtado, a partir da modernização – ou seja, da absorção do progresso técnico por meio da introdução de novos produtos no padrão de consumo dos países periféricos – é possível ocorrer a industrialização; porém, essa industrialização, induzida pela modernização, acaba por reafirmar o subdesenvolvimento no sentido de ser incapaz de produzir a homogeneização social” (Saes, 2010, p. 15). A compreensão de Fonseca (2007) a respeito dos cepalinos, e de Furtado em especial, pode ser explicada pela periodização da obra furtadiana proposta por Szmrecsányi (1999): após seu doutoramento, em 1948, e seu ingresso na Cepal e no serviço público brasileiro, Furtado estreitou seu campo de pesquisa e seu método de abordagem dos problemas do desenvolvimento, enviesando para “uma visão do mundo essencialmente econômica, para não dizer economicista e tecnocrática” (Szmrecsányi, 1999, p. 211) com vistas ao enfrentamento das questões concretas do desenvolvimento e da formulação de políticas públicas. Com o advento do governo militar no Brasil e a reação conservadora a varrer a América Latina nos anos 60 e 70, Furtado dá meia volta, retoma o espírito acadêmico de um cientista social *lato sensu*, incorporando preocupações com instituições, cultura e poder. Fonseca (2007), então, parece tratar do Furtado durante sua fase “economicista” de que fala Szmrecsányi (1999). Até porque “Furtado, em algumas obras de maturidade (...) argumenta que a ruptura desse padrão de consumo fisicamente inviável [modernizado] só se fará com **mudanças drásticas e profundas político-culturais**” (Bastos e D’Ávila, 2009, p. 190, grifo nosso). Macedo (2002) usa os termos “jovem Furtado” e “Furtado maduro” para fazer a distinção entre os dois momentos do autor, com suas diferentes preocupações, escopo e ênfase. Macedo (2002) também procura mostrar que o próprio Prebisch teve trajetória semelhante.

sociedade⁸: “[o] desenvolvimento de um país tem em geral um princípio bastante definido. Na medida em que é um processo historicamente situado, surge apenas no momento em que o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente capitalista ou socialista” (Bresser-Pereira, 1968, p. 18).

A ênfase de Bresser-Pereira sobre a melhoria do padrão de vida da população, ao invés do mero incremento da renda média, pode ser explicada pelo caráter global do processo de desenvolvimento. A elevação do PIB *per capita* pode escamotear o fato de que o processo de desenvolvimento não tenha assumido seu verdadeiro caráter, no sentido de que a sociedade não tenha passado pelas mudanças necessárias, de forma que o reinvestimento e o incremento das empresas e da produtividade sejam o mecanismo sistemático pelo qual o crescimento da economia deixa de ser em prol das camadas mais privilegiadas da sociedade, com um trajeto “aleatório e instável”, e passa a ser “automático, autônomo e necessário” (Bresser-Pereira, 1968, p. 16).

O crescimento “automático, autônomo e necessário” da economia de um país passa, necessariamente, pelo fortalecimento de seu parque industrial e pela formação de cadeias produtivas mais completas e complexas. Não por coincidência, Bresser-Pereira também define desenvolvimento econômico como “um processo de aumento de produtividade que ocorre dentro das indústrias e, principalmente, pela transferência de mão-de-obra de setores de baixo valor agregado para setores de alto valor agregado” (Bresser-Pereira, 2009, p. 14).

2.b. O caráter keynesiano de Bresser-Pereira

Além do não-reducionismo econômico, o segundo pilar sobre o qual se assenta a teoria do desenvolvimento de Bresser-Pereira, e que pode ser visto também como um avanço em relação ao paradigma cepalino que o precedeu, é a matriz keynesiana explicitamente adotada⁹. Explicamos: este modelo de desenvolvimento econômico enfatiza os limites impostos pela demanda como os principais fatores condicionantes da taxa de crescimento econômico dos países de renda baixa, sem, contudo, desprezar os determinantes da oferta,

8 Segundo Bresser-Pereira (1991), todas as economias capitalistas são “orientadas para o mercado”, seja o interno (como os latino-americanos durante o processo de substituição de importações), seja o externo (como os tigres asiáticos desde a década de 1960). Dependendo do grau de participação do Estado, elas podem ser consideradas “mistas”, com um grau relativamente alto de intervenção e planejamento por parte do Estado, ou de “coordenação pelo mercado”, com o sistema de preços funcionando de forma mais livre e exclusiva como mecanismo de coordenação descentralizada a guiar a ação econômica dos agentes.

9 Keynesiana no sentido de se preocupar especialmente com os limites impostos pela insuficiência de demanda e rejeitar o automatismo da Lei de Say, bem como por negar a precedência da poupança ao investimento, tomando aquela como uma variável dependente deste. Distingue-se, contudo, do keynesianismo tradicional na medida em que este usualmente dá mais ênfase à demanda interna que à externa.

como grau de desenvolvimento tecnológico e infra-estrutura.

Segundo Bastos e d'Ávila (2009), o pensamento da Cepal, representado nas obras de Prebisch e Furtado, é herdeiro direto das teorias clássicas de crescimento, de Lewis e Nurkse. Nessa abordagem, o conceito neoclássico de escassez, em particular no mercado de trabalho, é substituído pelo clássico de excedente. A formulação cepalina, assim, enxergaria na insuficiência de poupança e, como consequência, no baixo nível de investimento agregado, o fator limitador de altas taxas de crescimento econômico. Sob tal perspectiva, ainda mais importante é que, nas economias latino-americanas, o excedente econômico, ao invés de ser convertido em investimento, acaba alimentando o consumo de bens de luxo das classes capitalistas, estabelecendo um limite direto ao crescimento, qual seja, a insuficiência de poupança, e outro indireto, a necessidade de se usar tecnologias compatíveis com uma realidade diferente da encontrada na periferia, com alta relação capital-produto, de forma a se atender à modernização do padrão de consumo de uma pequena elite econômica¹⁰.

Na interpretação de Bastos e D'Ávila (2009), o rompimento com a lei de Say se dá quando autores como Maria da Conceição Tavares (Ou, de forma mais geral, o que os autores chamam de “Escola da Unicamp”) passam a trabalhar dentro do paradigma keynesiano-kaleckiano, interpretando o problema da dinâmica econômica capitalista como uma questão ligada aos limites impostos pela demanda efetiva. Abandonam a lei de Say e adotam seu oposto, o princípio da demanda efetiva, que propõe o caráter autônomo e analiticamente anterior do gasto em relação à renda corrente. Aqui, a frugalidade não mais é vista como garantidora do aumento do investimento e, em seguida, da renda, mas sim como uma perturbação do fluxo de gastos monetários e do nível de emprego da economia. O investimento (já que essa é a manifestação do gasto autônomo enfatizada nessa abordagem), em certo sentido, “comanda” a poupança, entendida como um resíduo da renda que, de maneira reflexa, irá se igualar a ele. Nessa abordagem o *funding* para que se financie o investimento pode ser entendido como, ao invés de advir da poupança prévia, ser trazido à existência por um arranjo institucional que cria poder de compra pelo sistema bancário e que será repostado pela poupança criada exatamente por esse gasto, após a ação do multiplicador¹¹.

10 Serrano e Medeiros (2004) vão na mesma linha, chegando a falar de um suposto “uso difundido da arbitrária ‘Lei de Say’ na literatura estruturalista latino-americana” (p. 239). Werneck Viana e Chiliatto Leite (2009), por seu turno, criticam esta interpretação da contribuição cepalina e furtadiana, procurando mostrar que o problema do subdesenvolvimento não é meramente de má utilização do excedente, desviado para o consumo modernizado, mas sim do descolamento entre o avanço das forças produtivas, o padrão tecnológico e o tipo de demanda e, eventualmente, com a própria falta de demanda efetiva.

11 Carneiro (2009) apresenta um esquema bastante interessante de financiamento de ativos num sistema keynesiano-kaleckiano; aponta o autor que o problema de financiamento do investimento produtivo em países como o Brasil, muito mais do que falta de poupança prévia, é de elevada preferência pela liquidez por parte dos

A principal especificidade da teoria do desenvolvimento de Bresser-Pereira dentro da tradição heterodoxa brasileira é, a nosso juízo, precisamente a incorporação do princípio da demanda efetiva, mas enfatizando a demanda externa como fonte de gasto autônomo a impulsionar o crescimento industrial e, por tabela, o desenvolvimento. O princípio da demanda efetiva *per se* não se aplica a um ou outro tipo de gasto específico, antes “o princípio da demanda efetiva em geral concebe como ‘autônomo’ qualquer tipo de gasto, e não apenas um déficit público ou um superávit no comércio exterior” (Possas e Baltar, 1981, p. 109)¹². Dentre os componentes da demanda, as exportações, para Bresser-Pereira, são a variável-chave, já que com elas o País pode buscar mercados mundiais para seus produtos, fazendo, com isso, maior uso de seu relativamente baixo custo de mão-de-obra: “[n]a era da globalização, o crescimento baseado na exportação é a única estratégia sensata para os países em desenvolvimento enquanto tiverem a vantagem competitiva da mão-de-obra barata” (Bresser-Pereira, 2009, p. 15). As exportações são a variável central na determinação da industrialização dos países periféricos não só por proporcionarem diretamente o acesso aos mercados mundiais para seus produtos, mas também por serem a principal fonte do determinante dinâmico de demanda interna, a saber, o investimento industrial. Assim, via multiplicador de gastos, podem ter um efeito ainda maior sobre o produto nacional.

A ênfase do pensamento de Bresser-Pereira sobre o papel do setor industrial como veículo principal de superação do subdesenvolvimento, a nosso juízo, pode remeter a dois elementos importantes da literatura econômica heterodoxa: as leis de Kaldor e a teoria do desenvolvimento desequilibrado de Hirschman.

As leis de Kaldor podem ser enunciadas da seguinte maneira¹³: (i) o crescimento do setor industrial é a fonte do crescimento da economia como um todo, especialmente por sua capacidade de elevar o ritmo de inovação tecnológica; (ii) a relação entre crescimento do setor industrial e crescimento da produtividade dos fatores na indústria deve ser entendida como um relação de causalidade, em que a elevação da demanda por produtos industriais leva

agentes, que procuram concentrar seus estoques de riqueza em ativos de prazo mais curto.

12 Belluzzo e Tavares (1981) entendem que a riqueza teórica trazida pela interpretação de autores como Keynes, ao lidar com uma economia estruturalmente instável como as capitalistas, dentro de um construto teórico eminentemente dinâmico, está assentada exatamente na distinção analítica entre os gastos; aqui, é o investimento o componente ativo do gasto, aquele que comanda os demais. Segundo os autores, a formulação do princípio da demanda efetiva tal qual realizada por Keynes é composta por ao menos três pilares: “a criação da renda pelo gasto capitalista, a natureza passiva do consumo e o caráter determinante do investimento” (Belluzzo e Tavares, 1981, p. 111).

13 Foge do objetivo deste trabalho a discussão sobre as origens das leis de Kaldor, suas diferentes interpretações e tentativas de verificação com a realidade. O leitor interessado pode, por exemplo, consultar Feijó e Carvalho (2007), que debatem os desenvolvimentos teóricos de Kaldor e discutem suas proposições à luz da experiência brasileira pós-abertura comercial. Este parágrafo se assenta sobre sua leitura.

a um aumento da produção que, por seu turno, propicia o ganho de economias de escala, aumento do grau de divisão do trabalho e introdução de novas máquinas e processos; (iii) a elevação do produto industrial induzida pela demanda promove uma transferência de mão de obra de outros setores da economia para a indústria, onde sua produtividade é maior, fazendo com que o produto nacional cresça mais do que com o aumento do emprego em outros setores, onde a produtividade seja menor; (iv) a principal fonte de crescimento econômico é a demanda externa por produtos industriais, crescimento este devido a basicamente dois fatores, quais sejam, a busca de novos mercados e a agilidade na capacidade de suprir a demanda externa, e que tem como consequência, via multiplicador keynesiano e encadeamentos para trás, do consumo interno e do investimento. Dessa maneira, Kaldor, se bem que preocupado com o desempenho econômico das economias centrais, via no crescimento industrial a força e o veículo do crescimento econômico de forma geral.

A referência aos encadeamentos para trás nos leva à segunda possível influência acima referida sobre Bresser-Pereira, no que tange à importância das exportações: a teoria do desenvolvimento de Hirschman¹⁴.

Hirschman procurava se opor à doutrina que enxergava o processo de desenvolvimento como um caminho natural de industrialização dos ramos mais simples, com menor necessidade de inversão de capital e desenvolvimento tecnológico, para os mais complexos, o que possivelmente requeria um grau de planejamento estatal relativamente elevado para que se faça “uma coisa de cada vez”. Ao observar o processo de crescimento desequilibrado de algumas economias latino-americanas, Hirschman notou que o trajeto de crescimento industrial se dava a partir do incremento da demanda por produtos mais complexos, mais intensivos em capital e desenvolvimento tecnológico. A demanda e consequente produção interna desses tipos de produtos acionavam “encadeamentos para trás” (*backward linkages*), ativando a produção em setores cada vez menos intensivos em capital e com tecnologia mais primária, que, por seu turno, requeriam a produção de matérias-primas e produtos anteriores na cadeia industrial, e assim por diante. Ou seja, a demanda de bens industrializados atendida pela produção nacional gera um desequilíbrio econômico que, via sistema de preços, produz o incentivo e transmite a informação da conveniência de se aumentar a produção em momentos anteriores da cadeia produtiva. Deste modo, Hirschman entendia que não só era incorreto argumentar que o crescimento industrial deveria ser

14 Bianchi (2007) apresenta de forma integrada a teoria do desenvolvimento de Hirschman, contrapondo-a à sua experiência profissional como consultor e estudioso de vários países subdesenvolvidos e como teórico da método da Economia.

equilibrado, como, em certo sentido, tão melhor seria quanto mais desequilibrado fosse¹⁵.

Deste modo, a ênfase que Bresser-Pereira dá à indústria como veículo típico do desenvolvimento econômico pode ser associado, tendo-se em mente autores como Kaldor e Hirschman, a um processo disparado pela demanda externa que envolve ganhos de produtividade advindos da transferência de mão-de-obra para este setor (usualmente o detentor de maior produtividade), à maior possibilidade de inovações tecnológicas e de aumento do grau de divisão do trabalho, e à ativação, via elevação da demanda, de etapas anteriores na estrutura produtiva, numa cadeia que pode vir a abarcar os mais diversos setores da economia.

2.c. A doença holandesa e o novo-desenvolvimentismo como estratégia de desenvolvimento

Tendo em vista a importância das exportações no processo de desenvolvimento econômico, Bresser-Pereira (2009) identifica na taxa de câmbio a sua principal determinante. O autor propõe a distinção entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a de equilíbrio industrial. A primeira seria aquela compatível com o equilíbrio no setor externo do País, ao passo que a segunda seria a que viabilizaria a competitividade e o crescimento industrial e tecnológico nacionais, mantendo os preços relativos de modo a favorecer as exportações industriais, garantindo, assim, o acesso aos mercados internacionais. Assim,

“A relação entre uma taxa de câmbio competitiva e o desenvolvimento econômico é clara. (...) [S]omente uma taxa de câmbio competitiva estimulará os investimentos orientados para exportação, que são necessários para que o país de renda média tire proveito de sua vantagem econômica chave – os baixos salários – e cresça” (Bresser-Pereira, 2009, p. 12).

Segundo ele, o problema que se coloca aos países que almejam ascender ao desenvolvimento econômico via indústria é a tendência estrutural à sobrevalorização de sua moeda. Isso por dois motivos principais: em primeiro lugar, o mal holandês, e em segundo lugar, o influxo de capitais financeiros em busca de um novo e pujante espaço de valorização. Ambos, motivos estruturais potencialmente agravados por políticas que buscam resolver a questão do câmbio seja via mercado, seja via fixação da taxa de câmbio em um ponto abaixo do de equilíbrio industrial.

O mal holandês é o fenômeno de apreciação da taxa de câmbio em virtude da exportação de bens naturais. Explica-se: a abundância de recursos naturais exportáveis faz

15 Por isso, “[g]raças a seus fortes encadeamentos para trás, certas indústrias altamente capital-intensivas eram particularmente adequadas para países subdesenvolvidos. Sequências desse tipo, que envolviam 'colocar o carro na frente dos bois', caracterizariam o processo de desenvolvimento econômico e social dos *latecomers*” (Bianchi, 2007, p. 136).

com que seja criado um equilíbrio corrente no setor externo a uma taxa de câmbio abaixo daquela que seria adequada à sobrevivência e crescimento dos setores produtores de outros *tradeable*. Seu nome é derivado do processo de estagnação industrial experimentado pela Holanda após a descoberta de enormes reservas de gás natural no Mar do Norte, no final da década de 1950. Com os superávits gerados pela exportação do gás, a coroa holandesa valorizou-se de tal maneira que inviabilizou a exportação de quaisquer produtos que não o próprio gás natural, suscitando o debate acerca da necessidade de se impor controles mais rígidos sobre as exportações ou sobre a própria taxa de câmbio, ou mesmo um aumento dos subsídios direcionados ao setor industrial¹⁶.

Os capitais estrangeiros, por seu turno, são especialmente atraídos para os países periféricos em busca da quase-renda gerada pela relativa escassez de capital maior que nos países centrais do capitalismo. Ao mesmo tempo, na tentativa de atrair tais capitais escassos, os governos nacionais usualmente ofertam títulos da dívida pública a um valor de face menor, como medida de estímulo aos aplicadores abrirem mão da liquidez e se tornarem credores em uma moeda inconversível e com uma percepção de risco de *default* mais elevada. A interpretação de Bresser-Pereira (2009) é que tais medidas são reflexos de uma decisão nacional - incorreta - de se buscar crescimento através da utilização de poupança externa, o que, geralmente, acaba por se transformar, ao invés de elevação do investimento produtiva, em aumento do consumo.

Enquanto uma resposta convencional diante da existência do mal holandês seria que o ajuste da taxa de câmbio (ou do preço relativo dos fatores de produção) é o modo natural e ótimo de ajuste de mercado à nova situação, Gala (2006) mostra que os países asiáticos em desenvolvimento foram capazes de manter suas taxas de câmbio em níveis competitivos, em taxas mais altas, portanto, que as de equilíbrio corrente, e por isso puderam desfrutar de crescimento de produtividade do trabalho e, por tabela, do PIB, maiores que seus correlatos que não adotaram tal política, tipicamente os latino-americanos.

Por que tal sucesso asiático frente ao relativo fracasso latino-americano no controle da tendência à queda da taxa cambial a um nível abaixo da taxa de competitividade? Bresser-Pereira (2009, pp. 18-19) aponta três possíveis razões: uma relativa maior

16 Outra maneira de se contar a *story* da doença holandesa é que ela provoca uma mudança dos preços relativos em favor do bem natural em questão e dos produtos *non-tradeable* (beneficiados que são pelo aumento de demanda provocado pelo *boom* no setor exportável em questão). Esta mudança de preços relativos favorece o desenvolvimento daqueles setores em detrimento dos demais *tradeable*, em particular a indústria, que se vê pressionada, digamos, a pagar salários reais maiores em virtude da transferência de trabalho para os setores beneficiados, o mesmo se aplicando aos outros fatores de produção. Tal versão pode ser encontrada, por exemplo, em van Wijnberg (1984).

independência asiática na gestão das políticas econômicas face aos interesses dos capitais do centro do sistema, uma maior resistência frente ao populismo cambial e a menor disponibilidade de recursos naturais exportáveis, potenciais indutores do mal holandês.

A partir disso, Bresser-Pereira (e. g. 2009) classifica os países periféricos do capitalismo mundial, especialmente os latino-americanos, em dois tipos, no que se refere à formulação de suas políticas econômicas após a crise dos anos 1980: aqueles que seguem o receituário proposto pelo Consenso de Washington, que identifica na participação do Estado na economia e no protecionismo a concretização de políticas populistas e distorção do mecanismo supostamente natural e ótimo de ajustamento via mercado entre indivíduos¹⁷, e os adeptos do novo-desenvolvimentismo.

Por novo-desenvolvimentismo o autor chama a visão de que cumpre ao Estado um papel importante na coordenação econômica e na promoção do crescimento industrial como projeto de desenvolvimento nacional¹⁸, através de política industrial, de incentivo à inovação e de proteção e inclusão social, além da já citada política de equilíbrio externo de longo prazo. Difere em alguns aspectos do antigo nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960 (usualmente associado a autores como Nurkse e Furtado) já que, naquele momento histórico, as indústrias da periferia do capitalismo (sobretudo na América Latina) eram infantes, e o capitalismo vivia sob a égide do sistema de Bretton-Woods e seus “anos de ouro”¹⁹. As distinções entre antigo e novo desenvolvimentismo podem ser resumidas em quatro, segundo Bresser-Pereira (2006): (i) no antigo, papel central do Estado na formação de

17 Bresser-Pereira (1991, p. 6) resume as proposições do Consenso de Washington para a América Latina em “promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental” concomitantemente a que o “Estado deveria ser fortemente reduzido”.

18 O que não implica a geração de déficits públicos ou irresponsabilidade fiscal como política de promoção do crescimento econômico. Bresser-Pereira acredita que “uma severa política fiscal, taxas de juros moderadas e uma taxa de câmbio competitiva são as variáveis chaves” para que “o país cresça mais rapidamente” (Bresser-Pereira, 2009, p.7), o que fica patente quando se faz a distinção entre novo e velho desenvolvimentismo, logo adiante. A propósito, Bresser-Pereira e Dall'Acqua (1991) procuram mostrar a falácia do discurso que faz a conexão direta entre a teoria macroeconômica inspirada em Keynes e políticas populistas, em particular as experimentadas pelos países latino-americanos no processo de industrialização retardatária. Destacam os autores que o próprio Keynes mostrou, por diversas vezes, preocupação com a inflação que poderia advir como consequência de recorrentes déficits públicos. Sua proposta seria não a utilização da política fiscal frouxa como instrumento permanente de promoção do crescimento, desenvolvimento e distribuição de renda, mas sim como um mecanismo temporário de estabilização (portanto, com um caráter anti-cíclico) do investimento privado.

19 O pensamento desenvolvimentista brasileiro pode ser caracterizado por quatro principais eixos, na visão de Ricardo Bielschowsky (*apud* Saes, 2010, p. 82): “(a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de forças espontâneas de mercado, por isso é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente”.

poupança forçada e como investidor direto em infra-estrutura e indústria pesada, ao passo que no novo o Estado tem papel secundário e/ou regulador nestes aspectos; (ii) o novo desenvolvimentismo enfatiza o papel das exportações como forma de aumentar os mercados demandantes e de se aferir e elevar o grau de competitividade dos produtores nacionais, enquanto o antigo desenvolvimentismo “adotou o pessimismo exportador da teoria econômica do desenvolvimento” (Bresser-Pereira, 2006, p. 14); (iii) no antigo desenvolvimentismo, haveria uma certa frouxidão fiscal, mas no novo se adota disciplina fiscal²⁰; (iv) o antigo tinha alguma tolerância com a inflação, ao passo que o novo é rígido no controle inflacionário.

3) **Exportações, crescimento e transformação na estrutura produtiva chinesa**

A partir do arcabouço teórico acerca dos determinantes do desenvolvimento econômico apresentado anteriormente, pretendemos investigar nesta seção a importância das exportações chinesas para o crescimento econômico deste país. A idéia subjacente a esta investigação é a de que, apesar da complexidade dos fenômenos que envolvem o desenvolvimento das forças produtivas de um país, observa-se recorrentemente uma relação de determinação mútua entre o que se convencionou denominar na literatura econômica de *export-led growth*, industrialização e desenvolvimento. Em face desta relação de determinação complexa e da orientação metodológica deste artigo, é ocioso dizer que não se pretende nesta seção esgotar a discussão acerca dos determinantes do crescimento chinês por meio de um *economicismo* reducionista e pretensamente inequívoco.

Neste sentido, procurar-se-á mostrar como o desenvolvimento das forças produtivas chinesas parece ter como esteio uma relação simbiótica entre exportação e industrialização. Ou seja, apesar do sentido de causalidade entre estas variáveis ser muitas vezes bi-direcional e do fato de que, cronologicamente, é bastante complicado identificar qual delas se sobrepõe à outra, procuraremos mostrar no plano lógico que é a captação do dinamismo externo que confere as bases materiais iniciais necessárias para a economia chinesa revolucionar suas estruturas produtivas e – a partir de uma perspectiva Kaldoriana – dinamizar seu crescimento.

O primeiro passo neste sentido diz respeito à mensuração do grau de abertura comercial da economia chinesa. Conforme pode ser observado na tabela 1 e como é notoriamente debatido na literatura econômica, desde o início do processo de Reorientação da Estratégia de Desenvolvimento (RED) iniciado por Deng Xiaoping em 1978, observa-se que a

²⁰ Bresser-Pereira ressalva que a crítica ao pouco rigor fiscal e o uso de déficits públicos crônicos no antigo desenvolvimentismo não se aplica a autores como Prebisch e Furtado, já que estes “nunca defenderam o populismo econômico dos déficits crônicos. Seus epígonos, porém, o fizeram” (Bresser-Pereira, 2006, p. 15).

economia chinesa tem aumentado significativamente seu grau de acoplamento à economia internacional²¹. Como resultado desta estratégia a corrente de comércio em relação ao PIB salta de cerca 10% no início dos anos 1980 para cerca de 30% no início dos anos 1990, em seguida para cerca de 40% no início da década seguinte e alcança mais de 60% em meados dos anos 2000 (tabela 1).

Tabela 1: Economia Chinesa, dimensão externa – Anos selecionados de 1978 a 2008

| Anos | Corrente de Comércio/PIB | Exportações/PIB | Importações/PIB | Contribuição das Exportações para o Total do Crescimento do PIB | Taxa de Câmbio Yuan/US\$ |
|------|--------------------------|-----------------|-----------------|---|--------------------------|
| 1978 | 9,8% | 4,7% | 5,2% | | 1,72 |
| 1980 | 12,4% | 5,9% | 6,5% | | 1,50 |
| 1985 | 22,8% | 8,9% | 13,8% | | 2,96 |
| 1990 | 28,7% | 15,5% | 13,3% | | 4,81 |
| 1991 | 32,0% | 17,0% | 15,0% | 26,5% | 5,32 |
| 1992 | 33,1% | 17,0% | 16,1% | 21,6% | 5,51 |
| 1993 | 30,5% | 14,3% | 16,2% | 9,7% | 5,76 |
| 1994 | 40,6% | 20,8% | 19,8% | 34,8% | 8,61 |
| 1995 | 37,2% | 19,7% | 17,5% | 43,7% | 8,37 |
| 1996 | 32,5% | 17,0% | 15,6% | 3,0% | 8,33 |
| 1997 | 33,0% | 18,6% | 14,5% | 38,3% | 8,29 |
| 1998 | 31,0% | 17,6% | 13,4% | 1,2% | 8,29 |
| 1999 | 32,8% | 17,7% | 15,1% | 14,1% | 8,29 |
| 2000 | 39,8% | 20,9% | 18,9% | 58,8% | 8,28 |
| 2001 | 38,7% | 20,2% | 18,5% | 17,1% | 8,28 |
| 2002 | 42,7% | 22,4% | 20,3% | 49,7% | 8,28 |
| 2003 | 51,7% | 26,6% | 25,1% | 76,7% | 8,28 |
| 2004 | 59,6% | 30,6% | 29,0% | 93,3% | 8,28 |
| 2005 | 62,0% | 33,2% | 28,8% | 77,1% | 8,22 |
| 2006 | 63,6% | 35,0% | 28,6% | 71,1% | 8,01 |
| 2007 | 63,4% | 35,5% | 27,9% | 63,4% | 7,67 |
| 2008 | 58,6% | 32,7% | 25,9% | 64,7% | 7,02 |

Fonte: Elaboração própria a partir de China Statistical Yearbook (vários anos)

Além dos efeitos decorrentes de diretrizes políticas estratégicas internas como o estabelecimento de Zonas Econômicas Especiais²², tal crescimento rápido e substantivo foi impulsionado pelas transformações na forma de organização produtiva em escala global, principalmente pelo surgimento da empresa em rede²³. A partir deste novo modelo surgido na

²¹ Para uma descrição bastante detalhada das diversas etapas da Reorientação da Estratégia de Desenvolvimento Chinês, ver Wu (2005). Para uma análise a partir de uma perspectiva da economia política ver Medeiros (1999, 2001, 2004, 2006 e 2008). Por fim, uma discussão acerca da opção por se conferir um caráter dual e gradativo à esta Reorientação é apresentada em Naughton (1996).

²² Segundo Naughton (1996), a partir da estratégia gradualista que caracteriza a reorientação da estratégia de desenvolvimento chinesa pós 1978, o processo de integração da economia nacional aos fluxos comerciais globais intensifica-se, primeiro com a criação de novas ZEEs e depois com a permissão gradual de integração ao comércio exterior das cidades costeiras e de algumas localizadas ao longo do rio Yang Tse.

²³ Para se compreender como as cadeias globais de produção e valorização organizadas a partir da lógica da empresa em rede surgem como resultado dos impactos da revolução da microeletrônica sobre os sistemas de gestão empresariais e da decorrente emergência dos modelos de produção modular, ver Sturgeon (1997 e 2002). Para compreender o impacto do surgimento dos modelos de negócio baseados na lógica da maximização do valor acionário no espraiamento global das atividades manufatureiras, ver Lazzonick e Sullivan (2000) e

década de 80 observou-se um movimento de segmentação e espraiamento global das diversas atividades da empresa organizada em rede, fato este que fez com que parcela significativa das atividades manufatureiras das empresas num primeiro momento estadunidenses e em seguida asiáticas e européias se dirigisse para países da periferia do sistema capitalista. Aliando este movimento às políticas internas de favorecimento às atividades exportadoras, a China emergiu já a partir de meados dos anos 1980 e principalmente em meados da década seguinte como importante *site* receptor de IDE.

Como resultado de uma política estratégica que buscava utilizar o IDE como importante fonte de capital e tecnologia, iniciou-se na China um rápido processo de construção de unidades produtivas cada vez mais *up to date* com o paradigma tecno-produtivo vigente nos países centrais²⁴. Não bastasse tal adequação tecnológica, o *know how* e a capacidade de integração nas redes globais de distribuição e comercialização das unidades produtivas instaladas na zona costeira²⁵ chinesa fizeram com que a China se tornasse um dos principais *players* no comércio internacional (segundo dados da UNCTAD, a participação chinesa nas exportações e nas importações globais aumentou de cerca de 1% em ambos os casos em 1980 para cerca de 12% em 2009). Essa posição de destaque no comércio internacional refletiu-se, por sua vez, no aumento significativo da participação das exportações no PIB, que saltaram de menos de 5% em 1978 para quase 35% em 2008 e, deste modo, se transformaram cada vez mais em uma variável com contribuição significativa para o crescimento econômico local.

Conforme pode ser observado na tabela 1, apenas a variável exportações foi responsável na média por cerca de 43% do crescimento econômico chinês no período entre 1991 e 2008. Quando se centraliza a análise apenas na década de 2000, observa-se que tal número se eleva ainda mais, alcançando a média de 65%. No entanto, apesar desta primeira aproximação mostrar a magnitude da representatividade das exportações para o crescimento chinês, é evidente que devido à forma de organização em rede das atividades produtivas globais uma parcela do crescimento das exportações das unidades produtivas chinesas invariavelmente traz consigo um aumento da importação de partes, peças e componentes advindas de outras unidades da mesma rede global de produção – o que pode ser inferido, ao

Crotty (2002). Por fim, para uma análise acerca do funcionamento da empresa em rede ver, entre diversos outros, Chesnais (1996) e Ernst e Kim (2002).

²⁴ Duas visões conflitantes sobre os resultados do modelo de desenvolvimento chinês no que diz respeito ao nível de competitividade das empresas chinesas quando comparadas às dos países centrais são apresentadas em Gereffi (2008) e Nolan (2002).

²⁵ Uma análise da Reorientação da Estratégia de Desenvolvimento Chinês pós 1978 levando-se também em consideração a importância da dimensão geográfica é feita por Jabbour (2006).

menos em parte, ao se observar o crescimento das importações chinesas ao longo do período em questão conforme mostra a tabela 1²⁶. Apesar desta ressalva, parece pouco questionável o fato de que as exportações chinesas passaram a representar uma parcela crescente e muito significativa do seu PIB e de que, mais do que isso, seu crescimento tem se configurado como uma importante fonte de dinamismo para a economia local. Neste mesmo sentido, Belluzzo (2009) afirma que “a estratégia mercantilista da China foi concebida para o crescimento rápido, amparado na expansão das exportações líquidas (enormes superávits comerciais) em conluio com o Yuan desvalorizado, taxas de investimento elevadas e graduação tecnológica na indústria manufatureira”.

Em seguida a esta constatação, os próximos exercícios no sentido de se analisar a centralidade das exportações para o dinamismo chinês consistem em examinar (i) se a pauta exportadora chinesa tem se transformado desde o início das reformas, movendo-se em direção a setores mais dinâmicos, com maior intensidade tecnológica e, portanto com maior produtividade e (ii) examinar se esta transformação da pauta exportadora – caso comprovada – tem influenciado a reconfiguração da estrutura produtiva chinesa também em direção a um parque industrial com maior capacidade de dinamizar o crescimento econômico interno.

No que diz respeito ao exercício (i), ao se observar a tabela 2, fica patente a constatação de que ao longo das últimas três décadas a pauta exportadora chinesa tem se transformado rapidamente.²⁷ A primeira constatação neste sentido refere-se à mudança significativa na representatividade dos produtos primários e manufaturados no total das exportações. Enquanto que os primeiros tiveram sua participação reduzida de cerca de 50% no início dos anos 1980 para 10% no início dos anos 2000 e algo próximo à 5% no final desta década, os produtos manufaturados trilharam um caminho exatamente oposto, com sua participação saltando de 50% no início do período em questão para cerca de 80% já nos anos 1990 e mais de 95% em meados dos anos 2000²⁸.

Tabela 2: Distribuição das exportações chinesas segundo categoria de produtos – anos selecionados de 1980 a 2008

²⁶ Um dos principais impactos no comércio internacional em decorrência do surgimento da empresa rede é o aumento substancial do comércio intra-firma.

²⁷ Ao analisar este mesmo fenômeno, Medeiros (2010, p. 8) afirma que “o espetacular crescimento das exportações nos últimos anos na China resultou da mudança estrutural em sua composição”. Em seguida afirma que a participação do setor eletrônico nas exportações totais evoluiu de 20% em 1995 para 42% em 2005.

²⁸ Segundo Fishman (2006), em meados dos anos 2000 a China já era responsável por metade dos fornos de microondas do mundo, um terço dos aparelhos de ar condicionado e televisores, 25% das máquinas de lavar roupas e, por fim, um quinto dos refrigeradores.

| Anos | Total (em US\$ milhões) | Bens Primários | Alimentos e Animais Vivos Usados Especialmente para Alimentação | Bebidas e Fumo | Matéria-Prima não-comestível | Combustíveis Minerais, Lubrificantes e Materias Relacionados | Óleos Animais e Vegetais, Gorduras e Cera | Bens Manufaturados | Químicos e Produtos Relacionados | Produtos Metalúrgicos e Minerais, Produtos de Borracha, Têxteis | Equipamentos de Transporte e Maquinário | Produtos Diversos | Produtos Não Classificados |
|------|-------------------------|----------------|---|----------------|------------------------------|--|---|--------------------|----------------------------------|---|---|-------------------|----------------------------|
| 1980 | 181,19 | 50,3% | 16,5% | 0,4% | 9,4% | 23,6% | 0,3% | 50% | 6% | 22% | 5% | 16% | 1% |
| 1985 | 273,50 | 50,6% | 13,9% | 0,4% | 9,7% | 26,1% | 0,5% | 49% | 5% | 16% | 3% | 13% | 12% |
| 1990 | 620,91 | 25,6% | 10,6% | 0,6% | 5,7% | 8,4% | 0,3% | 74% | 6% | 20% | 9% | 20% | 19% |
| 1991 | 719,10 | 22,5% | 10,0% | 0,7% | 4,8% | 6,6% | 0,2% | 77% | 5% | 20% | 10% | 23% | 19% |
| 1992 | 849,40 | 20,0% | 9,8% | 0,8% | 3,7% | 5,5% | 0,2% | 80% | 5% | 19% | 16% | 40% | - |
| 1993 | 917,44 | 18,2% | 9,2% | 1,0% | 3,3% | 4,5% | 0,2% | 82% | 5% | 18% | 17% | 42% | - |
| 1994 | 1210,06 | 16,3% | 8,3% | 0,8% | 3,4% | 3,4% | 0,4% | 84% | 5% | 19% | 18% | 41% | 0% |
| 1995 | 1487,80 | 14,4% | 6,7% | 0,9% | 2,9% | 3,6% | 0,3% | 86% | 6% | 22% | 21% | 37% | 0% |
| 1996 | 1510,48 | 14,5% | 6,8% | 0,9% | 2,7% | 3,9% | 0,2% | 85% | 6% | 19% | 23% | 37% | 0% |
| 1997 | 1827,92 | 13,1% | 6,1% | 0,6% | 2,3% | 3,8% | 0,4% | 87% | 6% | 19% | 24% | 39% | 0% |
| 1998 | 1837,09 | 11,2% | 5,7% | 0,5% | 1,9% | 2,8% | 0,2% | 89% | 6% | 18% | 27% | 38% | 0% |
| 1999 | 1949,31 | 10,2% | 5,4% | 0,4% | 2,0% | 2,4% | 0,1% | 90% | 5% | 17% | 30% | 37% | 0% |
| 2000 | 2492,03 | 10,2% | 4,9% | 0,3% | 1,8% | 3,2% | 0,0% | 90% | 5% | 17% | 33% | 35% | 0% |
| 2001 | 2660,98 | 9,9% | 4,8% | 0,3% | 1,6% | 3,2% | 0,0% | 90% | 5% | 16% | 36% | 33% | 0% |
| 2002 | 3255,96 | 8,8% | 4,5% | 0,3% | 1,4% | 2,6% | 0,0% | 91% | 5% | 16% | 39% | 31% | 0% |
| 2003 | 4382,28 | 7,9% | 4,0% | 0,2% | 1,1% | 2,5% | 0,0% | 92% | 4% | 16% | 43% | 29% | 0% |
| 2004 | 5933,26 | 6,8% | 3,2% | 0,2% | 1,0% | 2,4% | 0,0% | 93% | 4% | 17% | 45% | 26% | 0% |
| 2005 | 7619,53 | 6,4% | 3,0% | 0,2% | 1,0% | 2,3% | 0,0% | 94% | 5% | 17% | 46% | 25% | 0% |
| 2006 | 9689,36 | 5,5% | 2,7% | 0,1% | 0,8% | 1,8% | 0,0% | 95% | 5% | 18% | 47% | 25% | 0% |
| 2007 | 12177,76 | 5,1% | 2,5% | 0,1% | 0,7% | 1,6% | 0,0% | 95% | 5% | 18% | 47% | 24% | 0% |
| 2008 | 14306,93 | 5,4% | 2,3% | 0,1% | 0,8% | 2,2% | 0,0% | 95% | 6% | 18% | 47% | 23% | 0% |

Fonte: Elaboração própria a partir de China Statistical Yearbook (vários anos)

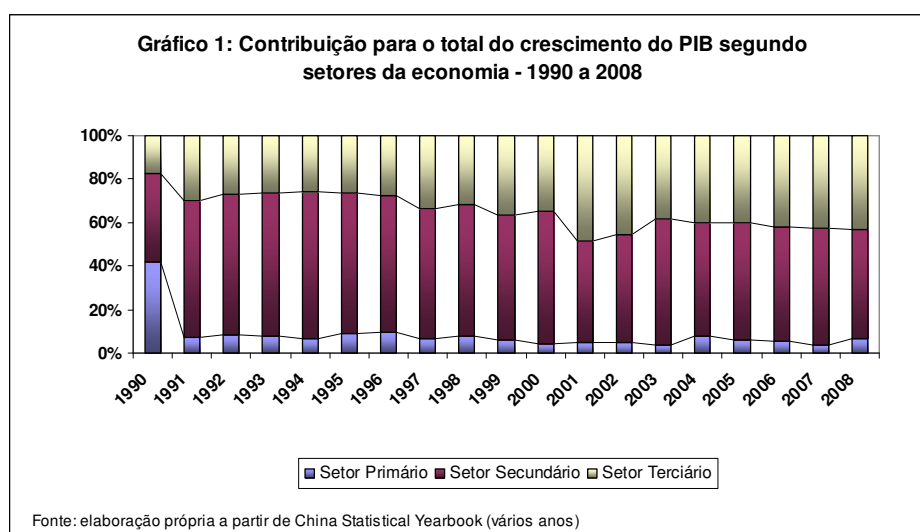
Ao se analisar este movimento a partir de um nível de agregação menor, observa-se que praticamente a totalidade da queda de representatividade dos produtos primários foi explicada pela redução da importância das exportações de produtos dos gêneros alimentício e energético. Tais produtos que representavam cerca de 40% de todas as exportações chinesas em 1980 passaram a representar menos de 5% em 2008 e, mais do que isso, tem se transformado crescentemente em itens com elevada representatividade nas importações chinesas (principalmente os do gênero energético).

Já no que diz respeito aos produtos manufaturados, talvez mais importante do que a duplicação de sua importância para a pauta exportadora seja o fato de que praticamente a totalidade deste crescimento decorra do aumento exponencial da participação dos produtos agregados sob a rubrica de maquinaria e equipamentos de transporte (cuja participação se eleva de cerca de 5% em 1980 para cerca de 47% em 2008). Ou seja, além dos produtos industrializados já representarem praticamente a totalidade das exportações chinesas em 2008, quase todo o crescimento da representatividade destes produtos foi explicado pela incorporação na pauta de itens classificados como tecnologicamente dinâmicos e não por produtos tradicionais e cuja concorrência via preços é mais intensa (como têxteis e vestuário).

Em síntese, ao se analisar a evolução das exportações chinesas desde 1980 pode-se concluir que (a) ao longo do tempo tais exportações deslocaram-se de produtos primários para produtos industrializados e que (b) dentro dos produtos industrializados tais exportações tem se concentrado cada vez mais e em um ritmo bastante intenso em setores dinâmicos, e tecnologicamente mais complexos e, portanto, com maior produtividade.

Como exercício paralelo a esta constatação de que as exportações chinesas

concentram-se quase que exclusivamente em produtos industrializados e dado fato das exportações serem responsáveis na média por cerca de 43% do crescimento econômico chinês no período entre 1991 e 2008, uma tarefa adicional no sentido de se investigar a importância das exportações para o dinamismo interno (ainda que indiretamente) consiste em mensurar a contribuição do setor secundário para o crescimento econômico chinês. Explica-se: uma vez que as exportações têm uma elevada contribuição para este crescimento e que tais exportações são fundamentalmente de produtos industriais, é de se esperar que ao se examinar a contribuição do setor secundário para o crescimento da economia chinesa esta se situe em patamares muito próximos aos das exportações.



Conforme pode ser observado no gráfico 1 no período de 1990 a 2008 a contribuição média do setor secundário para o crescimento do PIB é de cerca de 57%. Vale lembrar que esta é apenas a contribuição direta do setor secundário, e que exclui, portanto, um conjunto de serviços de apoio, técnicos, financeiros e de diversas outras naturezas que orbitam em torno do setor industrial.

Tal constatação, por sua vez, se configura como mais um elemento no sentido de corroborar a percepção aqui mostrada de que as exportações, ao se configurarem como uma importante fonte de dinamismo para a economia chinesa, também são importantes indutoras do crescimento industrial chinês.

Depois de apresentada a interdependência entre o crescimento das exportações e da indústria cabe observar o item (ii) exposto anteriormente, ou seja, se paralelamente às modificações na pauta exportadora, tem-se verificado uma reconfiguração da estrutura produtiva chinesa em direção a um parque industrial com maior capacidade de dinamizar o crescimento econômico interno. Para tal, procurou-se mensurar a distribuição do valor bruto

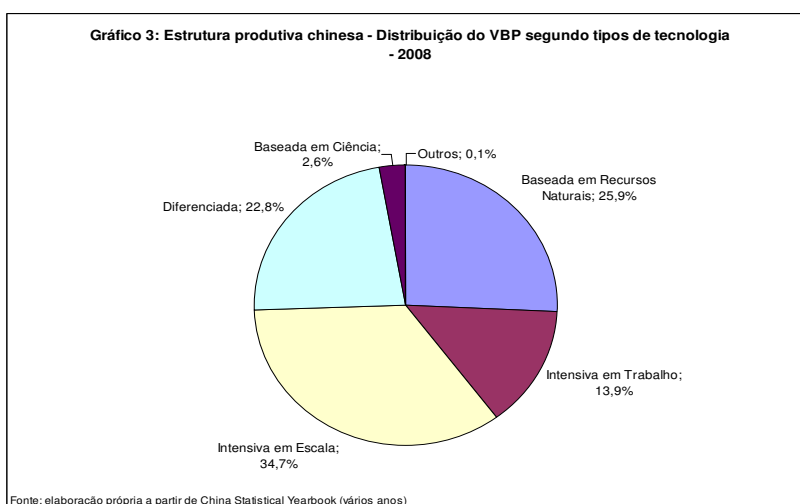
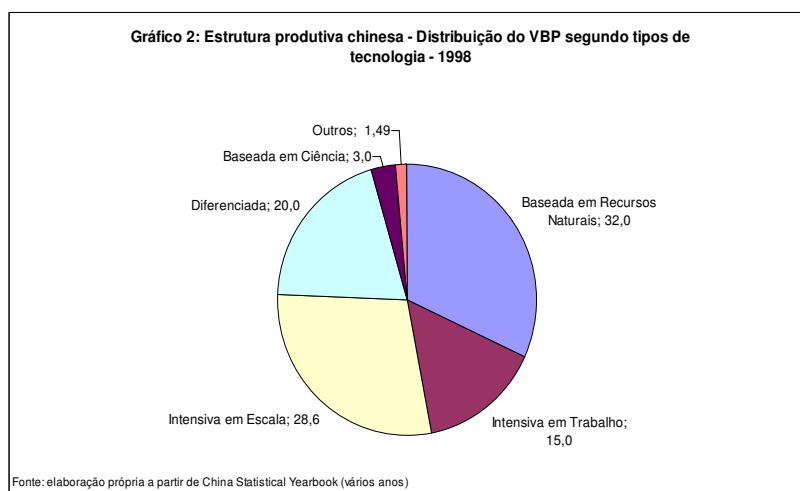
da produção (VBP) industrial chinesa para diversos anos a partir de 1998 segundo setores e posteriormente agregá-los segundo tipos de tecnologia (vide gráficos 2 e tabelas 3). Aqui vale a pena fazermos duas ressalvas, relativas ao horizonte temporal e à utilização do VBP.

Em primeiro lugar, apesar de uma análise mais completa sugerir a necessidade de se fazer tal exercício para o período entre 1980 e 2008, devido à indisponibilidade de dados só foi possível utilizar como primeiro ano da série 1998. Tal limitação, no entanto, longe de prejudicar as conclusões que serão expostas a seguir, atua no sentido de corroborá-las. Isso porque mesmo ao se analisar um período mais curto nota-se que há um evidente movimento de reestruturação das forças produtivas chinesas em direção a uma estrutura industrial com maior peso relativo de atividades mais dinâmicas, tecnologicamente mais complexas e com níveis mais elevados de produtividade. Movimento este que é de se supor – a partir do que indicam as transformações na pauta exportadora – que ficaria ainda mais evidente caso se analisasse a evolução da estrutura produtiva desde o início dos anos 1980.

A segunda ressalva diz respeito à impossibilidade de se utilizar o Valor Adicionado (VA) ao invés do VBP, uma vez que o VA só está disponível para alguns anos da série histórica identificada. Apesar da análise anual do VA segundo setores ser um importante indicativo da evolução do processo de *catching up* tecnológico e produtivo (aprendizado este que não é diretamente objeto de análise deste artigo), o VBP cumpre suficientemente os requisitos necessários para se identificar as modificações da estrutura produtiva chinesa (que é exatamente um dos objetivos necessários para a construção da argumentação deste artigo). Por fim, vale destacar também que devido à pequenas mudanças nas classificações dos setores produtivos por parte das órgãos de estatística chineses, optou-se por agregá-los em dois períodos segmentados: 1998 a 2002 e 2004 a 2008.

A primeira grande constatação que se faz a partir da análise dos gráficos e dados coletados é a de que há um movimento de deslocamento da importância relativa dos setores intensivos em recursos naturais e em trabalho – os quais representavam juntos 46,9% em 1998 e passaram a representar 38,9% em 2008 – em direção aos setores caracterizados como diferenciados e intensivos em escala– cuja participação somada subiu de 51,2% para 58,4% no período em questão. Além deste movimento já ser extremamente importante *per se*, vale destacar que mesmo em 1998 a soma da participação destes últimos setores já era superior à daqueles intensivos em recursos naturais e em trabalho. Apenas a título de comparação, vale destacar que segundo dados apresentados por Nassif (2008) observou-se no Brasil no período entre 1998 e 2004 um fenômeno inverso na distribuição do Valor da Transformação Industrial nacional, com o aumento significativo da participação dos setores intensivos em recursos

naturais e trabalho (de cerca de 42% para 59%) e uma redução nos setores intensivos em escala e diferenciado (de 55% para 39% no período).



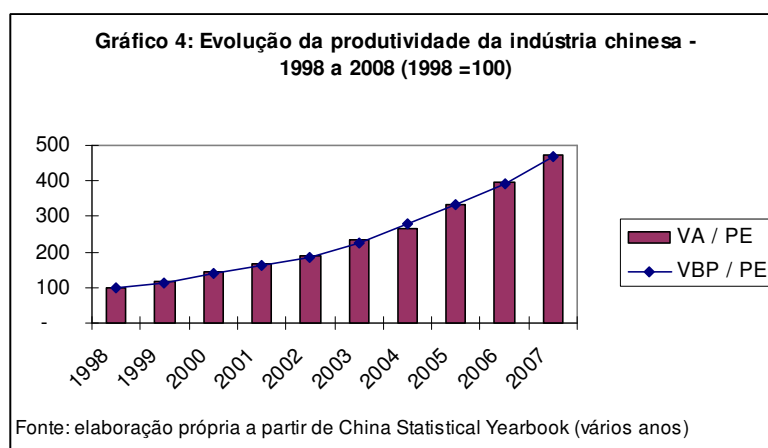
Dentre os setores constituintes do grupo intensivos em trabalho o principal responsável pela queda da representatividade foi o de têxteis. Já entre os baseados em recursos naturais a queda de representatividade parece estar distribuída entre os diversos setores. Entretanto, um fato a ser destacado é que, em sentido contrário aos demais setores baseados em recursos naturais, o conjunto de setores relacionados diretamente com energia como extração e processamento de petróleo e de carvão e geração de energia elétrica aumentou sua representatividade no total do VBP industrial chinês – de 13,8% em 1998 para 15,7% . Tal fato explica-se pelo elevado crescimento da demanda energética chinesa decorrente de seu substancial crescimento econômico e notadamente industrial, ficando mais patente ainda quando se observa a elevação da representatividade do item combustíveis e lubrificantes na pauta importadora chinesa de 1,0% em 1980 para cerca de 15% em 2008 (cf. China Statistical Yearbook, vários anos).

Já entre os setores intensivos em escala e diferenciados observa-se que o aumento de sua representatividade no VBP foi explicado basicamente pelo crescimento de setores com elevado grau de transversalidade na economia, ou seja, setores cujos principais produtos são utilizados como insumos e / ou instrumentos necessários para o processo produtivo em diversos outros segmentos industriais. Dentre estes setores merecem especial destaque o aumento da participação das atividades de fundição e prensagem de metais ferrosos e não ferrosos no grupo intensivo em escala (cuja participação somada subiu de 8,1% em 1998 para 12,9% em 2008) e da fabricação de máquinas de propósito geral no grupo de setores diferenciados (cuja participação subiu de 2,7% para 4,9%).

A partir destas constatações, quando se analisa de maneira agregada o movimento de reconfiguração da estrutura industrial chinesa no sentido de uma menor participação dos setores intensivos em recursos naturais e em trabalho, e de uma maior representatividade dos setores diferenciados e intensivos em escala observa-se uma trajetória que de certa forma se assemelha à estratégia de desenvolvimento de diversos países asiáticos de industrialização retardatária, notadamente aqueles denominados por Palma (2005) de gansos voadores²⁹.

Na mesma linha de argumentação das Leis de Kaldor, esperar-se-ia que esse processo de adensamento do parque industrial chinês e de aumento da participação de setores tecnologicamente mais complexos traria consigo um aumento da produtividade industrial. Conforme pode ser observado no gráfico 4, corroborando tal perspectiva teórica, a produtividade industrial chinesa medida tanto por meio da relação entre Valor Adicionado e Pessoas Empregadas quanto da relação entre Valor Bruto da Produção e Pessoas Empregadas tem crescido a taxas muito elevadas nos últimos 10 anos (ambas acima dos 15% a.a.), resultado este derivado do processo de industrialização e um dos determinantes fundamentais do crescimento econômico. Tal crescimento, por sua vez, parece estar relacionado com as transformações da estrutura produtiva chinesa interna como fruto de seu reposicionamento no mercado internacional em direção a produtos manufaturados com complexidade tecnológica crescente – porém ainda não no estado da arte – em diversos segmentos.

²⁹ Segundo Palma (2005) duas características fundamentais da integração internacional dos gansos voadores são o efeito competitividade e o efeito posicionamento. O primeiro diz respeito à utilização do IDE e da integração nas cadeias globais como instrumento de acúmulo de capitais e de *catching up* tecnológico e produtivo. Já o efeito posicionamento refere-se ao esforço para migração de segmentos inicialmente baseados em vantagens comparativas estáticas (recursos naturais e mão de obra) para outros de maior intensidade tecnológica. Vale destacar que, segundo a linha de argumentação defendida por este artigo, ambos os efeitos também estão presentes na estratégia de desenvolvimento chinesa nas últimas décadas.



Deste modo, conjugando o arcabouço teórico acerca dos determinantes do desenvolvimento econômico apresentado anteriormente aos diversos elementos empíricos apresentados ao longo desta seção, observam-se vários indícios no sentido de corroborar a idéia de que o desenvolvimento das forças produtivas chinesas é caracterizado por, no mínimo, uma relação de determinação mútua entre o que se convencionou denominar na literatura econômica de *export-led growth*, industrialização e desenvolvimento.

É evidente que, por mais que diversos esforços fundamentados em um economicismo reducionista pretendam identificar um sentido de causalidade unidirecional entre estas variáveis e mensurar exatamente o coeficiente de cada uma delas em uma equação que explique os determinantes do crescimento econômico chinês, a compreensão deste fenômeno envolve determinantes muito mais complexos. Apenas a título de ilustração, determinantes como a atuação das políticas industriais chinesas no sentido de buscar uma inserção externa virtuosa associada ao surgimento do modelo de organização da empresa em forma de rede, fazem com que a relação entre industrialização e exportação seja muito mais difícil de compreender do que sugerem os modelos de comércio difundidos pela literatura econômica convencional.

4) Considerações finais

O artigo procurou mostrar que o desenvolvimento chinês recente pode ser compreendido a partir da teoria do desenvolvimento tal qual exposta por Bresser-Pereira em alguns de seus trabalhos. O processo de desenvolvimento chinês não deve ser compreendido apenas em sua dimensão econômica, mas sim como um aspecto de um movimento geral que pode ter, como um importante marco, a política de Reorientação da Estratégia de Desenvolvimento implementada por Deng Xiaoping a partir da segunda metade dos anos 70, quando a China passou a realizar um esforço de modernização de sua estrutura econômica (em complementação à modernização social e cultural, em vigor, em certo sentido, desde os

tempos de Mao) e de conexão à economia global. Nesse sentido, pode ser pensado que o desenvolvimento chinês possui o “caráter global” de que fala Bresser-Pereira.

Levando-se em conta as limitações colocadas na seção anterior e a perspectiva teórica apresentada na seção inicial deste artigo, buscou-se compreender a importância das exportações para o crescimento econômico chinês em quatro etapas: (i) identificou-se que as exportações têm uma elevada representatividade no PIB chinês e foram responsáveis por cerca de 43% do crescimento deste PIB no período entre 1991 e 2008; (ii) ao examinar a evolução da pauta exportadora chinesa no período entre 1980 e 2008 observou-se que ao longo do tempo tais exportações se deslocaram de produtos primários para produtos industrializados e, dentro dos produtos industrializados, tais exportações têm se concentrado cada vez mais e em um ritmo bastante intenso em setores dinâmicos e tecnologicamente mais complexos e, portanto, com maior produtividade; (iii) uma vez que se queria investigar a contribuição das exportações para o crescimento do PIB e dado o fato destas exportações serem quase que exclusivamente industriais, investigou-se a contribuição média do setor secundário para o crescimento do PIB entre 1990 e 2008, a qual foi de cerca de 57%. Em seguida, procurou-se verificar se a mudança na pauta de exportações também se refletiria em uma reconfiguração do parque industrial chinês, fato este que foi corroborado; (iv) por fim observou-se que a reconfiguração produtiva descrita no item anterior trouxe consigo uma maior participação de setores tecnologicamente mais dinâmicos e, em decorrência, um aumento vertiginoso da produtividade na economia chinesa no período entre 1990 e 2008.

Neste sentido, a partir das análises das inúmeras variáveis examinadas nestas quatro etapas e da aderência de seu comportamento ao arcabouço teórico exposto na primeira seção deste trabalho, há evidências de que o desenvolvimento das forças produtivas chinesas parece ter como esteio uma relação simbiótica entre exportação e industrialização. Isso porque, apesar de ser difícil apresentar uma segmentação cronológica quando se analisa a dependência entre as variáveis em questão, no plano lógico observa-se que pelo menos até finais da década de 2000³⁰ é a captação do dinamismo externo que confere as bases materiais iniciais necessárias para a economia chinesa revolucionar suas estruturas produtivas. Isso porque não obstante sua contribuição direta para o crescimento e o fato do investimento

30 Ao analisar os impactos da crise econômico-financeira de 2008 no padrão de crescimento da economia chinesa, Medeiros (2010, p. 21) afirma que após essa crise os principais determinantes do crescimento chinês foram os investimentos na indústria pesada, os quais foram desencadeados pelo “o vertiginoso processo de urbanização. As migrações campo-cidade e a valorização das terras urbanas levaram a grandes investimentos na cadeia produtiva da construção civil. Tal movimento foi reforçado pelo pacote fiscal de 2008, sinalizando uma direção estrutural. Esta transformação teve impacto importante sobre o investimento e sobre o saldo comercial da China através de efeitos tanto sobre as exportações quanto sobre as importações”.

público e privado interno e até o consumo doméstico também serem importantes fontes de dinamismo econômico, admite-se neste artigo que as exportações atuam como elemento central para ativar o circuito keynesiano gasto-renda. Assim, sugere-se que é a partir dos transbordamentos decorrentes da ativação deste circuito que se criam as condições necessárias para o aumento da participação do investimento público e privado interno e até do consumo doméstico na dinâmica econômica chinesa³¹.

Deste modo, claro está que um arcabouço teórico que enfatize as exportações como fonte autônoma de demanda efetiva, que realce as mudanças sociais, políticas e institucionais e que dê ao desenvolvimento um caráter global, como é o caso da construção teórica de Bresser-Pereira, pode ser um importante instrumento na compreensão do pujante crescimento chinês e as transformações pelas quais aquele país vem passando.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, C. P., D'ÁVILA, J. G. (2009), "O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira", *Revista de Economia Contemporânea*, 13(2): 173-199.
- BELLUZZO, L. G. M., TAVARES, M. C. (1981), "Ainda a controvérsia sobre a demanda efetiva: uma pequena intervenção", *Revista de Economia Política*, 1(3): 107-112.
- BELLUZZO, L. G. M. (2009), "Os exportadores chineses e os consumistas americanos", *Valor Econômico*, 8 de Dezembro de 2009.
- BIANCARELLI, A. M. (2008), "Padrões regionais de inserção na globalização financeira: indicadores quantitativos para Ásia e América Latina", *Análise Econômica*, 26(50): 141-159.
- BIANCHI, A. M. (2007), "Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico", *Economia e Sociedade*, 16(2): 131-150.
- BIELSCHOWSKY, R. (1989), "Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino", *Revista de Economia Política*, 9(4): 38-55.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1968), *Desenvolvimento e Crise no Brasil: Entre 1930 e 1967*, Rio de Janeiro, Zahar.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1991), "A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21(1): 3-24.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2006), "O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional", *São Paulo em Perspectiva*, 20(3): 5-24.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2009), "A tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio", *Econômica*, 11(1): 7-30.
- BRESSER-PEREIRA, L. C., DALL'ACQUA, F. (1991), "Economic populism versus Keynes: reinterpreting budget deficit in Latin America", *Journal of Post Keynesian Economics*, 14(1): 29-38.
- CARNEIRO, R. (2006), "Introdução: A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula", *Política Econômica em Foco*, 7: 1-23.
- CARNEIRO, R. (2007), "Globalização e integração periférica", Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Texto para discussão 126.
- CHESNAIS, F. (1996), *A Mundialização do Capital*, São Paulo, Xamã.
- CROTTY, J. (2002), "The effects of increased product market competition and changes in financial markets on the performance of Nonfinancial Corporations in the neoliberal era", Political Economy Research Institute, University of Massachusetts at Amherst, Working Paper 44.
- ERNST, D., KIM, L. (2002), "Global production networks, knowledge diffusion, and local capability formation", *Research Policy*, 31(8-9): 1417-1429.

³¹ Medeiros (2010, p. 10, n. 9), ao destacar a importância do consumo interno para o crescimento chinês nos últimos anos da década de 2000, afirma que "dados do China Statistical Yearbook do National Bureau of Statistics apontam para um substancial incremento ocorrido nos últimos anos da densidade de consumo de uma série de bens de consumo duráveis nas residências urbanas e rurais. Apenas o automóvel é ainda um 'bem de luxo', mas é o que mais cresce entre os bens de consumo no meio urbano".

- FEIJÓ, C. A., CARVALHO, P. G. M., “Uma interpretação sobre a evolução da produtividade industrial no Brasil nos anos noventa e as 'leis' de Kaldor”, *Nova Economia*, 12(2): 57-78.
- FISHMAN, T. C. (2006), “China S. A.: Como o crescimento da próxima superpotência desafia os Estados Unidos e o mundo”, Rio de Janeiro, Ediouro.
- FONSECA, P. C. D. (2007), “O ecletismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro”, *Economia e Sociedade*, 16(1): 21-43.
- GALA, P. S. O. S. (2006), *Política cambial e macroeconomia do desenvolvimento*, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Tese de Doutorado.
- GEREFFI, G. (2008), “Development Models and Industrial Upgrading in China and México”, *European Sociological Review*, 25(1): 37-51.
- JABBOUR, E. (2006), *China: Infra-estrutura e crescimento econômico*, São Paulo, Anita Garibaldi.
- LAZONICK, W., SULLIVAN, M. O. (2000) “Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance”, *Economy and Society*, 29(1): 13-35.
- MACEDO, B. G. (2002), “Prebisch e Furtado: a economia política cepalina do economicismo à cultura”, VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba.
- MEDEIROS, C. A. (1999); “China: entre os séculos XX e XXI”, in FIORI, J.L. (org.)(1999), *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, Petrópolis, Vozes.
- MEDEIROS, C. A. (2001); “A Economia Política da Crise e da Mudança Estrutural na Ásia”, *Economia e Sociedade*, 10(2): 33-54.
- MEDEIROS, C. A. (2004); “A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China”, in FIORI, J. L. (org.)(2004), *O Poder Americano*, Petrópolis, Vozes.
- MEDEIROS, C. A. (2006); “A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática”, *Revista de Economia Política*, 26(3): 381-400.
- MEDEIROS, C. A. (2008); “Desenvolvimento Econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China”, in: FIORI, J. L., MEDEIROS, C. A., SERRANO, F. (orgs.)(2008), *O Mito do Colapso do Poder Americano*, Rio de Janeiro, Record.
- MEDEIROS, C. A. (2010); “O Ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios”, *Observatório da Economia Global*, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, Textos Avulsos nº. 3.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBS), *China Statistical Yearbook*, vários anos.
- NASSIF, A. (2008), “Há evidências de desindustrialização no país?”, *Revista de Economia Política*, 28(1): 72-96.
- NAUGHTON, B. (1996), *Growing out of the plan: Chinese economic reform, 1978-1993*, Cambridge, Cambridge University Press.
- NOLAN, P. (2002), “China and the global business revolution”, *Cambridge Journal of Economics*, 26(1): 119-137.
- PALMA, G. (2005), “Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos EUA, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina”, in FIORI, J. L. (org.)(2005), *O poder americano*, Rio de Janeiro, Vozes.
- POSSAS, M. L., BALTAR, P. E. A. (1981), “Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 11(1): 107-160.
- SAES, F. A. M. (2010), “Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado”, in CORSI, F. L., CAMARGO, J. M. (orgs.)(2010), *Celso Furtado e os Desafios do Desenvolvimento*, São Paulo e Marília, Cultura Acadêmica e Oficina Universitária.
- SERRANO, F., MEDEIROS, C. (2004), “O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente”, *Revista de Economia Política*, 24(2): 238-256.
- STURGEON, T. J. T. (1997), “Turn-Key Production Networks: A New American Model of Industrial Organization?”, Berkeley Roundtable on the International Economy, University Of California in Berkeley, Working Paper 92A.
- STURGEON, T. J. T. (2002) “Modular production networks: a new American model of industrial organization”. *Industrial and Corporate Change*, 11(3): 451-496.
- SZMRECSÁNYI, T. (2009), “Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado”, *Estudos Avançados*, 13(37): 207-214.
- VAN WIJNBERG, S. (1984), “The 'dutch disease': a disease after all?”, *Economic Journal*, 94(1): 41-55.
- WERNECK VIANA, S. T., CHILIATTO LEITE, M. V. (2009), “A Questão da Lei de Say e o Retorno à Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado”, in ARAÚJO, T. P., WERNECK VIANA, S. T., MACAMBIRA, J. (org.)(2009), *50 anos de Formação Econômica do Brasil - Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*, Rio de Janeiro, IPEA.
- WU, J. (2005), *Understanding and interpreting Chinese economic reform*, Cincinnati, Thomson/South-Western.